

MILITARES PARA A RUA... JÁ...

(Coronel TIR INF Jorge Ferreira)

Percebo a frustração de quem vê esgotada a confiança que é institucionalmente obrigado a manter no Estado e que por isso prescinde voluntariamente de outra intervenção pública para melhorar as suas condições de vida e que vê simultaneamente, ao seu lado, serem beneficiados apenas os que, também afectados, porventura até em menor grau, mediatizam aquilo que é justo e geram a pressão social suficiente para que sejam olhados como pessoas, para além de números.

Abandonados pelo Poder político; colocados perante o dilema ético que se coloca na sua manifestação pública; confrontados com o dilema de, sendo militares, serem obrigados a protestar contra os que conscientemente os abandonam à sua sorte, é quase irresistível o recurso a outro tipo de acções, nomeadamente a movimentações anónimas, ditas "inorgânicas", para tentar chamar sobre si a atenção que não recebem de quem os governa.

As Forças Armadas têm para com o Estado do qual dependem (e não com os Governos) um contrato formal segundo o qual se comprometem a cumprir com zelo e rigor as suas responsabilidades constitucionais e as missões que legitimamente lhes forem conferidas, desistindo de muitas das prerrogativas; condições de vida e de trabalho e instrumentos de contestação pública concedidos e acessíveis aos restantes cidadãos.

Isto exige aos governantes em funções, a cada momento, uma responsabilidade e um sentido de Estado acrescidos, obrigados que estão a perceber politicamente a posição constitucional única das Forças Armadas, e a conseqüente exigência ética e moral implícita, de respeitar um contrato informal que consiste no respeito pelos militares nas suas funções, missões e responsabilidades legais, evitando o abuso, conferindo-lhes a posição adequada ao seu papel constitucional. provendo ao desenvolvimento harmonioso das suas capacidades, recursos e condições de vida e funcionamento.

Os militares têm sido sempre os primeiros a quem são retiradas as condições de vida e de funcionamento e os últimos a quem elas são restituídas e garantidas.

O Abuso do Poder político é permanente:

1 - No que respeita à execução de missões operacionais com recursos cada dia mais escassos e sujeitos a grandes dificuldades e sacrifícios. dificultando ou impossibilitando o cumprimento de outras missões, igualmente exigidas, por cujas deficiências são responsabilizadas da mesma forma;

2 - No que respeita aos descontos que são cobrados aos militares, que são utilizados para financiar outras responsabilidades do Estado o que já levou o Tribunal de Contas a concluir que os descontos que os militares fazem, nomeadamente para o seu sistema de saúde são, de facto, um imposto, que afecta negativamente os serviços que esses

descontos deviam e eram suficientes para suportar e que, nestas condições, apresentam défices sucessivos;

3 - No assalto ao património para sustentar outros negócios sem que às Forças Armadas sejam garantidas as compensações adequadas aos prejuízos que daí resultam;

4 - Na persistência de uma desigualdade de tratamento vergonhosa em relação aos restantes cidadãos e de condições remuneratórias injustas face às suas responsabilidades e estatuto constitucional

5 - Na aplicação de leis que devendo ser gerais e respeitar o princípio da universalidade apenas se aplicam às Forças Armadas e que não podem ser justificadas, num Estado de Direito, por se destinarem a alimentar esquemas desonestos e mafiosos de mostrar que se faz o que não é cumprido.

O abandono e as desconsiderações sucessivas a que os militares têm sido sujeitos roubam-lhes a expectativa e a esperança de uma integração harmoniosa no tecido social do qual se vêm progressivamente segregados e diminuídos e afecta gravemente a sua missão constitucional porque comprometem o seu posicionamento institucional, as relações entre os diferentes actores do Estado e a autoridade supostamente conferida às suas responsabilidades.

Nestas condições é fácil perceber a deslocação da esperança para outro tipo de reivindicações e movimentações que afectarão ainda mais a sua disciplina, funcionamento e posicionamento institucional mas que muitos não deixarão de ver como um recurso desesperado de que olhem para eles também como cidadãos de uma pátria que os marginaliza.

A responsabilidade nesta situação não pode deixar de ser de quem detêm o Poder político sem entender a sua dimensão e os deveres que daí decorrem.

Resta-me desejar que os militares sejam capazes de manter a inteligência necessária para distinguir os seus interesses de manipulações de quem procura subir-lhe para as cavalitas, tudo prometendo para nada cumprir assim que cheguem aos objectivos que pretendem, aproveitando as suas costas largas e melhor condição física :)

A minha única certeza é a de que, independentemente das vicissitudes, o Estado continuará a contar sempre com umas Forças Armadas permanentemente disponíveis. que farão das suas agruras força para cumprir as suas missões e que apoiarão o seu país e os seus compatriotas com uma devoção e um espírito de sacrifício e sentido de missão totais e único, apesar de cada vez mais exauridos, atacados na força anímica que os sustenta e que resulta da ausência do respeito que lhes é devido, afectadas por uma situação de crescente injustiça social promovida pelos representantes políticos do Estado.

Os militares também são cidadãos de carne e osso, também têm sentimentos, esperanças e a expectativa de serem também tratados como pessoas